

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.871 - RS (2019/0251827-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : SCHMIDT EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS LTDA
ADVOGADOS : ANDERSON VARGAS DE SOUZA E OUTRO(S) - RS054826
FERNANDA DASTIS BRITO - RS065318
FERNANDA CRISTINA FREITAS NUNES - RS073396
ELINÊS PIRES DOS SANTOS GOMES - RS082503
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial (art. 105, III, "a", da Constituição da República) interposto contra acórdão assim ementado (fl. 146, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. VALORES DEPOSITADOS EM CONTA-CORRENTE. INAPLICABILIDADE DA REGRA DO ART. 833, INCISO X, DO CPC. PESSOA JURÍDICA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA DE VALORES POR BENS MÓVEIS. OFENSA À ORDEM CONTIDA NO ART. 11 DA LEF.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em interpretação à regra do artigo 649, inciso X, CPC/73 (correspondente ao atual artigo 833, inciso X, CPC/15), são impenhoráveis os valores em conta bancária até o limite de 40 salários mínimos, independentemente de estarem depositados em caderneta de poupança ou conta-corrente. Regra, porém, que não se aplica às pessoas jurídicas, haja vista que seu objetivo é a proteção familiar, considerando-se a dignidade humana, na forma do art. 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Precedentes do STJ e desta Corte.

Não se sustenta o pedido do executado de substituição de penhora incidente sobre dinheiro por imóvel quando com tal não concordar o exequente. A ordem de bens para penhora prevista no CPC atende prioritariamente ao interesse do credor, como próprio da execução.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Aponta a parte recorrente, em Recurso Especial, violação, no mérito, dos arts. 805 e 833 do CPC.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 21 de novembro de 2019.

Na origem, trata-se de Execução Fiscal em desfavor da empresa recorrente para a cobrança do montante de R\$ 19.265,68 (dezenove mil e duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Houve penhora *on line* na conta da recorrente no valor de R\$ 11.912,60 (onze mil e novecentos e doze reais e sessenta centavos).

A parte recorrente apresentou como substituição à penhora 05 climatizadores Joape, modelos 737, 767 e 666, cujo valor de mercado equivale a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada um, totalizando o valor de R\$20.000,00, valor que garante a execução. Salienta-se que os bens foram recusados pela parte recorrida bem como foi acolhida a recusa por parte do juízo *a quo*.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 6 de agosto de 2019.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao negar seguimento ao Recurso Especial, com base na jurisprudência sedimentada do STJ, assentou que:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. PENHORA. SUBSTITUIÇÃO. MENOR ONEROSIDADE. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA.

RECURSOS REPETITIVOS. TEMAS 120 E 578 DO STJ. IMPENHORABILIDADE. CONSTRIÇÃO DE VALOR INFERIOR A 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS.

INAPLICABILIDADE. PESSOA JURÍDICA. SÚMULA 83 DO STJ. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO.

RECURSO NÃO ADMITIDO QUANTO ÀS DEMAIS QUESTÕES.

No presente recurso, a parte agravante deixa de observar a determinação do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, pois não impugna os fundamentos do mérito da decisão recorrida, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial por falta de impugnação da decisão de admissibilidade.

A iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não se conhece de Agravo contra decisão monocrática que não ataca especificamente os fundamentos da decisão recorrida, de forma a demonstrar que o entendimento esposado merece modificação. Assim, não bastam alegações genéricas em sentido contrário às afirmações da decisão agravada.

Dessa forma, a ausência de impugnação especificada faz incidir na espécie a Súmula 182/STJ, que está em consonância com a redação atual do CPC em seu art. 1.021, § 1º: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Nessa linha, os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. (PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTARIA DO DETRAN QUE

INSTITUIU O MANUAL DE PROCEDIMENTO DE REGISTO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS. GRAVAME DE RESERVA DE DOMÍNIO. ANOTAÇÃO QUE SÓ PODE SER CONSIGNADA EM FAVOR DO ANTERIOR PROPRIETÁRIO. EXIGÊNCIA LEGAL. ART. 123, I, DO CTB. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUMULA 282 E 356 DO STF). FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. Revela-se inviável a análise do Agravo Regimental, cuja fundamentação não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada, in casu, a ausência de prequestionamento do dispositivo legal apontado como violado ante a incidência inarredável da Súmula 182 do STJ, que preceitua o seguinte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." 2. Agravo Regimental não conhecido. (AgRg no REsp 753.564/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2007, DJ 21/05/2007 p. 545)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. CONTESTAÇÃO NÃO APRECIADA. MEDIDA CAUTELAR. INCIDENTE PROCESSUAL.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada torna inviável o agravo regimental. Aplicação da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

1. É manifestamente inadmissível o agravo cujas razões recursais não atacou o fundamento da decisão impugnada, ante à ausência de pressuposto recursal genérico.

2. Incidência da Súmula 182/STJ.

3. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no REsp 840.007/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2007, DJ 18/05/2007 p. 319)

CREDITAMENTO DE ICMS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL SÚMULA Nº 07/STJ. ARGUMENTO NÃO REFUTADO. SÚMULA Nº 182/STJ.

I - O agravante, em suas razões recursais, não atacou o fundamento constante da decisão impugnada, relativo ao fato de que a revisão da decisão turmária importaria no óbice da súmula 7/STJ, e verificando que tal fundamento é suficiente de per si para a inadmissão do agravo, tem-se inviabilizado o seguimento do agravo de instrumento, haja vista o teor da súmula 182/STJ.

II - Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 752.308/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/03/2007, DJ 26/04/2007 p. 217)

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 182 E 211/STJ.

1. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo" (Súmula 211/STJ).

2. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

3. Agravo regimental improvido. (AGRESP 849.848/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2006, DJ 16/10/2006 p. 355)

Mesmo que superado tal óbice, a irresignação esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

Nota-se que a instância de origem decidiu a questão com base no suporte fático-probatório dos autos, cujo reexame é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

Assim, afasta-se de ideia de simples valoração da prova, concluindo tratar-se de pura análise do conteúdo fático probatório dos autos, o que, como é cediço, é vedado na estreita via do Recurso Especial, por força da Súmula 7 do STJ, conforme já acima mencionado.

Por tudo isso, **não conheço do Agravo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator